

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.397.578 - SP
(2018/0297921-0)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : SANTA PAULA VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO : EUCLIDES TEODORO DE OLIVEIRA NETO - SP175243
EMBARGADO : JOSE KRAUTHAMER
ADVOGADOS : KARINA KRAUTHAMER FANELLI E OUTRO(S) - SP169038
DIEGO PUPO ELIAS - SP212930

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração, opostos por SANTA PAULA VEÍCULOS LTDA, em face de decisão monocrática da lavra deste signatário, acostada às fls. 286/289, e-STJ, que negou provimento ao agravo em recurso especial interposto por JOSE KRAUTHAMER.

Irresignada, a ora embargante aponta *omissão*, diante da ausência de majoração da verba honorária, pleiteando "a majoração da verba honorária anteriormente fixada, conforme parágrafo 11 do artigo 85 do NCPC".

Impugnação às fls. 298/300, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Merece acolhida a irresignação.

1. De fato, verifica-se que não houve o pronunciamento acerca dos honorários sucumbenciais recursais na decisão singular embargada.

Como se sabe, o Plenário deste Superior Tribunal de Justiça elaborou enunciados administrativos a fim de orientar a comunidade jurídica acerca das questões de direito intemporal e conferir segurança jurídica aos jurisdicionados.

Dentre as orientações aprovadas, encontra-se o Enunciado Administrativo n. 7, de seguinte teor: *"Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"*.

Nesse sentido, confira-se:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TARIFAS BANCÁRIAS. ABUSIVIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. **HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. DECISÃO RECORRIDA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. CABIMENTO.** DECISÃO MANTIDA. [...] 3. Consoante o Enunciado Administrativo n. 7, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016, nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, é possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1085614/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 16/08/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 2/STJ. [...] 4. *Nos termos do Enunciado Administrativo 7 do STJ "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, §11, do CPC/15"*. 5. Agravo interno não provido, com majoração de honorários em favor do agravado. (AgInt no AREsp 1012400/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 09/05/2017) [grifou-se]

Na hipótese *sub judice*, portanto, levando em conta que o acórdão proferido pelo Tribunal de origem foi publicado em 04/05/2018 (fl. 234, e-STJ), já na vigência do CPC/15, mostra-se **cabível** a majoração de honorários sucumbenciais arbitrados às fls. 232-233, e-STJ.

Desta forma, a verba honorária deve ser **majorada em 1% (um por cento)** sobre o valor já fixado à fl. 232, e-STJ a título de honorários, levando-se em conta o disposto no art. 85, § 11, CPC/15.

2. Do exposto, **acolho os embargos de declaração**, para reconhecer a existência de omissão na decisão embargada e, com base no art. 85, § 11, do NCPC, **majoro** os honorários sucumbenciais em 1% (um por cento) sobre o valor da verba honorária já fixada, observando-se o disposto no artigo 98 do CPC/15.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator